

## COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

### REQUERIMENTO Nº

(do Sr. Paulo Ganime - NOVO/RJ)

Requer a realização de Audiência Pública para discussão do tema: *“Diagnóstico dos resultados ruins nos últimos leilões de petróleo”*.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e na forma do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de reunião de Audiência Pública nesta Comissão de Minas e Energia, com o objetivo de entender os motivos pelos quais houve baixa participação e resultados aquém dos esperados nos últimos leilões de blocos de exploração e produção de petróleo e gás natural, com convidados representantes das seguintes instituições e/ou empresas:

I - IBP – Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás;

II - Shell Brasil Petróleo Ltda;

III - PetroRio S.A.;

IV - 3R Petroleum Oleo E Gas S.A.;

V - Repsol Sinopec Brasil;

VI - BP Energy do Brasil Ltda;

VII - Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda;

VIII - ExxonMobil Exploração Brasil Ltda; e

IX - Petronas Petróleo Brasil Ltda.

### JUSTIFICAÇÃO

Temos uma oportunidade sem precedentes para geração de empregos, atração de investimentos internos e externos e distribuição de royalties (para todos os entes federados), a partir da exploração e produção de petróleo e gás natural no Brasil, com efeito multiplicador e reflexos positivos em outros setores econômicos. A verdade é que o Pré-Sal contém acumulações muito significativas de hidrocarbonetos, sem equivalente



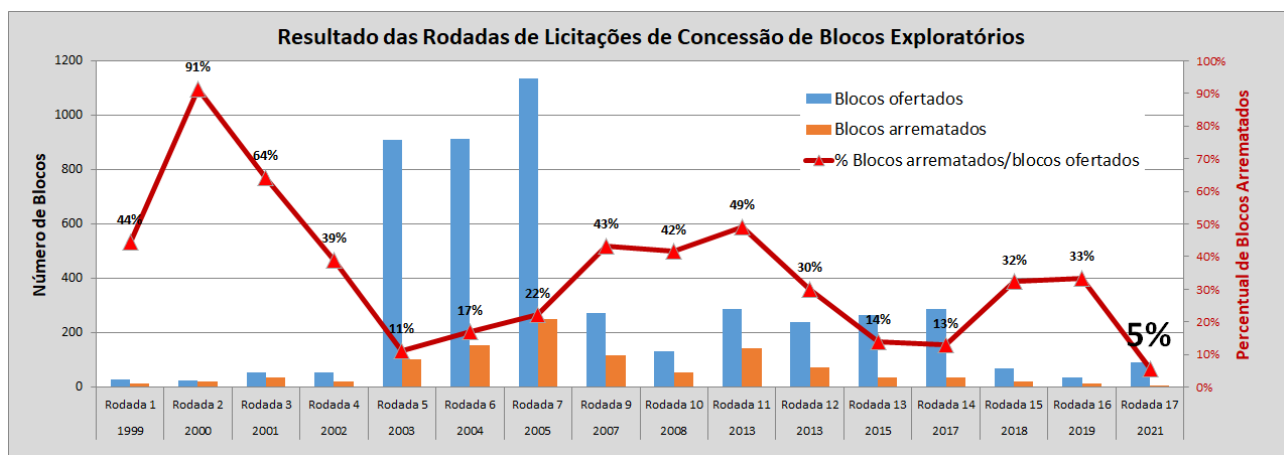
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Paulo Ganime  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219379219100>



internacional. Igualmente importante são as áreas tradicionais, em bacias sedimentares no mar e, também, aquelas localizadas em terra, ainda pouco exploradas.

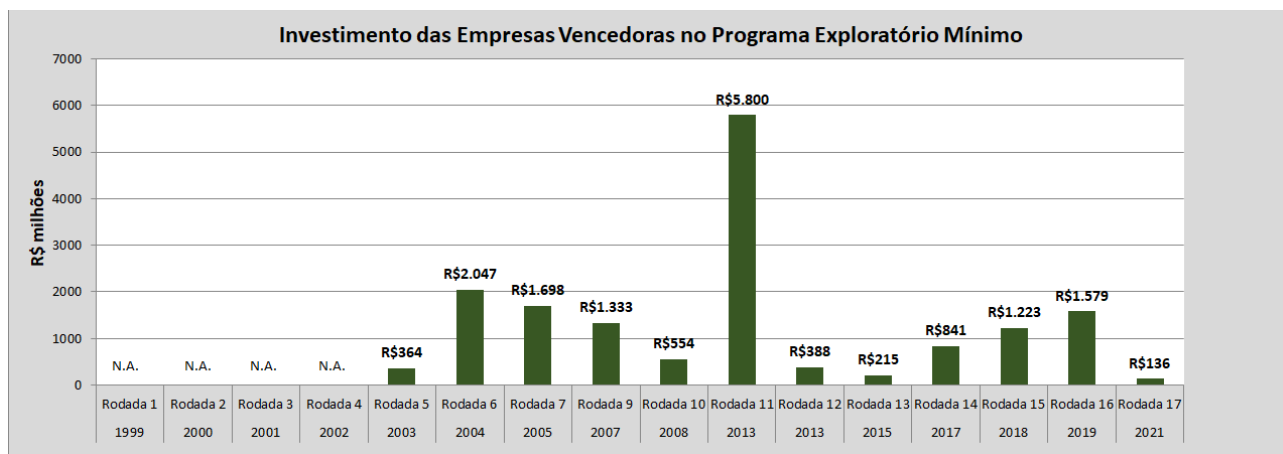
Contudo, a nossa janela de oportunidade é curta. Estamos inseridos no meio de uma transição energética mundial. Hoje, há demanda para petróleo e gás natural. Mas o mundo está no meio de uma revolução de substituição de fontes energéticas fósseis por fontes renováveis. Há diversas estimativas sobre o fim da era do petróleo, a divergência é na escala temporal. Assim sendo, corremos o risco de “guardar o dinheiro” debaixo do colchão e morrermos “pobres”. Literalmente, no caso, deixando o petróleo enterrado no fundo do mar, sem utilidade, sem agregação de valor, sem gerar empregos.

Além disso, não podemos esquecer que tivemos resultados fracos nos últimos leilões de petróleo. Foram caracterizados pelo baixo interesse e pouca participação das empresas, tanto no regime de concessão, quanto no regime de partilha da produção. Na recém 17ª Rodada de Licitações, realizada pela ANP em 07/10/21, específica na modalidade de concessão, foram negociados apenas 5,4% dos blocos exploratórios ofertados. É o menor índice histórico, desde a abertura do setor, como mostra a figura abaixo.



A 17ª Rodada resultou também no menor nível de investimentos já observado. Como ilustra o gráfico a seguir, serão apenas R\$ 136 milhões nos primeiros anos dos contratos de concessão, decorrente dos compromissos assumidos pelas empresas vencedoras no chamado Programa Exploratório Mínimo.





No regime de partilha de produção, aplicável às áreas do Pré-Sal, os resultados são também negativos. O resultado ruim no leilão da cessão onerosa, em 2019, é apenas outro sintoma. Mesmo sendo uma jazida fabulosa, tivemos na prática um único participante no leilão – a Petrobras. Dois dos quatro blocos licitados nem sequer receberam ofertas das 14 empresas habilitadas a participar.

No aspecto legislativo federal, devemos garantir a existência do adequado ambiente de negócios em petróleo e gás no país. Nosso dever de casa é entender e consertar o erro, focando no melhor resultado para a nossa sociedade, sem preconceitos e deixando de lado egos e vaidades.

Isso envolve, diretamente, propiciar àqueles que estão no dia a dia da produção de petróleo a oportunidade de vir a esta Casa expor suas percepções, para contribuir para o diagnóstico do problema. Por essas razões, proponho a presente Audiência Pública, nesta Comissão de Minas e Energia, com o objetivo de ouvir as empresas petrolíferas e identificar suas impressões sobre o que precisa ser feito para o melhor avanço da produção de petróleo e gás no Brasil.

Sala das Comissões,          de outubro de 2021

**Deputado PAULO GANIME**

**NOVO/RJ**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Paulo Ganime  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219379219100>

